

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 273ª Reunião Ordinária
19 de março de 2026

Aos 19 (dezenove) dias do mês de março do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, situado na sede da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária os membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, sob a presidência do Conselheiro Itamar Francisco Teixeira, realizando sua 273ª (ducentésimo septuagésimo terceira) Sessão Ordinária com a presença do pleno. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): Caroline Gomes Coura Barbosa (SESA), Fabio Benezath Chaves (SESA), Alessandra Lyrio Baptista (SESA), Beatriz Zandonade Jarske (FEHOFES), Marília Santos Ribeiro (FEHOFES), Rogério Simões Griffo (FEHOFES), Marília Coser Mansour (Ministério da Saúde), Denise Mara Ramaldes Pedrosa (COSEMS), Lorena Nunes Loureiro Custódio (SIMES), Alexandre Coutinho Sattler (SINFES), Robson Menezes dos Santos (SINDIENFERMEIROS), Lara Oliveira dos Santos (SINDIENFERMEIROS), Itamar Francisco Teixeira (SINODONTO), George Nunes Bueno (SINODONTO), Maria Rita de Boni (SINDSAÚDE), Evelson Sanche Muniz (FETAES), Antônio Pereira dos Santos (CUT), Maria Lúcia Duarte Lopes (CUT), Roziani Pereira (AHES), Ariane Silva Carvalho (UNEGRO), João Carlos Santos (SINDNAPI), Antônio Carlos Nogueira do Nascimento (SINDNAPI), Maria Lúcia Duarte Lopes (CUT), Denice Silva Gonçalves (UBM), Fábio Roberto Gama Assunção (CTB), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Elci Lobão Medeiro (ASSOPAES), Antônia Genecy Teixeira de Oliveira (MINTRA), Rayane Carvalho Santos (AITG). **Faltas justificadas:** Maria Aparecida Alves (UBM). **Pauta:** 1- **Informes Tempo: 10 min Relatoria: Maria Aparecida Alves – Secretária Geral da Mesa Diretora;** 2 - **Aprovação – ATA da 272ª RO; Tempo: 10 min Relatoria: Itamar Francisco Teixeira – Presidente do CES;** 3 - **Aprovação: Inserção da 11ª Conferência de Saúde do Estado na Etapa Estadual de Saúde Tempo: 10 min Relatoria: Itamar Francisco Teixeira – Presidente do CES;** 4 – **Indicação e Apresentação – Indicação de representante para compor o Comitê de Equidade no Âmbito do Trabalho e da Educação do SUS 4– Apresentação: Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher – CISMU – Práticas Integrativas e Promoção de Saúde da Mulher Tempo: 20 min Relatoria: Drª Karla Mayerling Paz Ledesma;** 5– **Apresentação: Portaria 65-R Tempo: 15 min Relatoria: Roziani Pereira;** 6 – **Apresentação: HEMOES - Deficiências da Assistência ao Paciente Tempo: 15 min Relatoria: Roziani Pereira;** 7 – **Criação e Aprovação: Implementação da Comissão de Saúde Bucal Tempo: 10 min Relatoria: Itamar Francisco – Presidente do CES;** 8 – **Relato das Comissões Tempo: 15 min Relatoria: Coordenadores das Comissões e Comitês.** A Conselheira Roziani Pereira enquanto Segunda Secretária Geral da Mesa Diretora saudou os presentes e pediu desculpas pelo atraso, justificando que ela e o Presidente estavam na conferência organizada pelo COSEMS. Roziani comunicou que iriam começar votando as inclusões de pautas, a primeira inclusão se referia ao DIGSUS e RAG 2024. O Conselheiro Alexandre Sattler explicou que a inclusão era necessária para debater o RAG tendo em vista a necessidade de alteração de resolução. A solicitação decorreu a partir de um ofício da gerência de Auditoria do Ministério da Saúde para o Secretário Estadual, a inclusão foi aprovada pelos presentes. A próxima inclusão era a aprovação das normas da Comissão de Acompanhamento do Conselho Gestor, o Conselheiro e membro da Comissão Fábio Benezath comunicou que informou que haviam inconsistências na minuta pois alguns itens teriam sido excluídos em debate durante a reunião da Comissão, contudo permaneceram na

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 273ª Reunião Ordinária
19 de março de 2026

minuta. Além disso, ele argumentou que o documento foi enviado fora do prazo hábil de leitura de todos os Conselheiros, o que impediu uma análise mais aprofundada, o Conselheiro também lembrou que o pleno havia votado por uma Sessão Extraordinária para discutir o rascunho das normativas. Ele pautou que a Sessão Extraordinária fosse revogada caso decidissem seguir de outra forma. O Conselheiro Antônio Carlos afirmou que a resolução estava aprovada desde a gestão passada, sendo assim, o pleno deveria ser soberano em suas decisões. Ele frisou que o documento tinha sido encaminhado no dia anterior, havia alterado as normativas que foram solicitadas, o Conselheiro finalizou a fala afirmando que respeitaria se a decisão do pleno fosse por realizar uma Sessão Extraordinária, entretanto se não houvesse consenso, seria necessário acionar a Justiça. O Presidente sugeriu que, se a inclusão fosse mantida, que preparassem uma rápida apresentação do documento para os presentes pois, até então, o pleno ainda não tinha acessado a minuta. A Conselheira Carolina Coura pontuou que a Comissão realizou duas reuniões e, na penúltima tentativa, os membros chegaram a um consenso quanto ao alinhamento das normas. Na última reunião, ficou acordado que os coordenadores levariam o documento finalizado, já com as alterações combinadas em consenso com todos os componentes da Comissão. Ela disse que o combinado de enviar a minuta com antecedência mínima de 24 horas para garantir a análise do pleno em tempo hábil não foi cumprida. A Conselheira frisou que a minuta encaminhada na noite anterior não estava em conformidade com o que foi deliberado em reunião, Considerou a situação injusta e um resultado de atropelo de processos. Ela propôs uma reunião extraordinária, desde que a minuta fosse previamente validada pela Comissão. O Conselheiro Antônio Carlos concordou com o agendamento de uma Extraordinária. O Conselheiro João Carlos fez coro à realização de uma Extraordinária, se fosse a vontade de todos os presentes, e disse que a Gestão não demonstrava interesse no funcionamento do Conselho Gestor em funcionamento. O Conselheiro e membro da Comissão Antônio Pereira concordou com a proposta, mas frisou suas ressalvas. O Conselheiro Robson fez coro à fala de Antônio Pereira, porém se mostrou a favor da proposta de extraordinária seguida pela maioria. O Conselheiro Fábio Benezath rebateu que a Gestão não vem dificultando o funcionamento dos Conselhos Gestores, dizendo que na Gestão anterior foram constados 13 itens de inconsistências na normativa. 10 foram resolvidos em concordância, os restantes mediante votação pelos membros da Comissão. O Conselheiro informou pontos que divergiam na minuta do que havia sido definido em reunião e que havia uma intenção de aprovar o documento de forma impositiva, sendo assim, não se tratava de uma questão da gestão. O Conselheiro Antônio Carlos leu o artigo corrigindo a colocação do Conselheiro Fábio Benezath e ao fim chegaram ao acordo da realização da Sessão Extraordinária. Seguindo as inclusões, foi votada e aprovada uma nota de repúdio da Organização Social (OS) responsável pelo novo hospital em São Mateus. O Conselheiro Alexandre Sattler explicou que os modelos de administração pública são um ponto de debate no SUS, no Programa Anual de Saúde PAS há a meta de transferir o gerenciamento de seis hospitais para a Fundação Inova Capixaba. Contudo, antes mesmo do hospital em São Mateus ser inaugurado, já foi iniciada uma tramitação para a contratação de uma OS para administrar a unidade hospitalar, ignorando a meta presente no PAS. A Conselheira Roziani Pereira comunicou que a Comissão Intersetorial de Direitos Humanos e Política e Equidade (CIDHPE) havia pedido inclusão de pauta, mas retirou a solicitação. O Conselheiro João Carlos pediu a inversão de pauta, colocando a pauta 7 como ponto

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 273ª Reunião Ordinária
19 de março de 2026

de pauta 2, e propôs de todas as pautas deliberativas virem a frente de apresentações. O Presidente explicou que a convidada que faria a apresentação do ponto de pauta 4 já estava presente e aguardando para apresentar. **Ponto 1 – Informes:** A Secretária Executiva Roberta Rovetta comunicou que todas as demandas, denúncias, solicitações ou agendamentos de reuniões extraordinária e veículo devem ser encaminhadas pelo e-mail institucional do Conselho Estadual de Saúde, tal como agendamentos da sala do Conselho, encaminhamento de convites ao Conselho ou indicação de conselheiros para participação de evento. Informações enviadas via WhatsApp não seriam mais consideradas. Ela comunicou as datas comemorativas do mês de março: Dia Mundial da Audição (3), Dia Internacional da Conscientização sobre o HPV (4), Dia Mundial da Obesidade (4), Semana Mundial do Glaucoma (10 a 16), Dia Nacional de Luta contra a Endometriose (13), Dia Mundial de Conscientização sobre a Covid Longa (15), Dia Mundial da Saúde Bucal (20), Dia Mundial da Síndrome de Down (21), Dia Internacional contra Discriminação Racial (21), Dia Mundial da Água (22), Dia Nacional de Combate ao HTLV (23), Dia Mundial de Combate à Tuberculose (24), Semana Nacional de Mobilização e Luta Contra a Tuberculose (24 a 31), Dia Mundial de Conscientização da Epilepsia (26), Dia Mundial do Câncer de Colo de Útero (26), Dia Nacional de Combate ao Câncer Colorretal (27), Dia Mundial do Transtorno Bipolar (30). A Vice Presidente Rita de Boni lembrou que no dia 7 de abril também é comemorada o Dia Mundial da Saúde e explanou que, no mesmo dia, será feita a Marcha Nacional da Saúde em Linhares, organizada pelo SindSaúde. A Conselheira Roziani informou que a oficina promovida pelo CEAP, antes marcada para junho no município da Serra, agora seria realizada em 2 dias no mês de agosto. O Presidente também pediu que todos se inscrevessem para o Encontro Estadual. O Conselheiro Antônio Carlos perguntou se o evento realizado em agosto seria junto com o Conselho Municipal de Saúde, o que foi negado, este seria aberto para toda população civil. O Conselheiro informou que foi encaminhado ofício a Comissão comunicando que, em uma unidade hospitalar, foi solicitada a devolução da sala utilizada pelo Conselho Gestor. A Comissão respondeu que aquele era um território inviolável, ao fim, chegaram num acordo para encontrar uma nova sala para o funcionamento do Conselho Gestor. Contudo, a reunião foi cancelada e ainda não decidiram uma nova data. O Conselheiro Antônio Carlos também trouxe uma denúncia contra a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Viana, seria feita uma reunião com o Ministério Público para apurar a situação no dia 23. No dia 25, ele estaria no município para tratar do acontecimento e deixou o convite aberto à Mesa Diretora e aos membros da Comissão de Municipalização. O Presidente agradeceu e anunciou que o debate ficaria para o relato das Comissões. **Ponto 2 – Aprovação – ATA da 272ª RO:** A ata foi votada e aprovada pelos presentes. **Ponto 3 – Aprovação – Inserção da 11ª Conferência de Saúde do Estado na Etapa Estadual de Saúde:** O Presidente informou que, conforme o regimento do CES, artigo 3 e inciso vinte e dois, a Conferência Estadual de Saúde deve ser convocada pelo Conselho de dois em dois anos. Por uma questão de economicidade e de tempo, estava sendo proposta a inserção, que foi aprovada pelo pleno. **Ponto 4 – Apresentação – Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher – CISMU – Práticas Integrativas e Promoção de Saúde da Mulher:** A Doutora Karla Mayerling Paz Ledesma saudou os presentes e agradeceu o convite. Karla é enfermeira, especialista em saúde mental e psiquiatria, Mestre em saúde pública pela Universidade do Valle (Colômbia), Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e trouxe uma

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 273ª Reunião Ordinária
19 de março de 2026

apresentação para tratar da prevenção de problemas mentais e formas de autocuidado, ela analisou as formas de terapia oferecidas pelo SUS, tal como as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), além de problematizar a alta medicalização da sociedade e a falta de políticas de cuidado para a mulher que, ironicamente, sempre estão na posição de cuidado, impactando assim a saúde mental das mesmas. Ao fim da apresentação, a Conselheira Roziani abriu para um momento de falas e perguntas. A primeira a pedir fala foi a Conselheira Antônia Genecy, que parabenizou a Doutora Karla Mayerling. Ela revelou estar sentindo uma certa indignação pois a discussão a respeito das PICS já tenta ser encaminhada por uma médica dentro do estado há muitos anos. Contudo, no terceiro RAG de 2025 as metas pensadas para a saúde mental são insuficientes e muito simplistas, além da falta de encaminhamentos relacionados às PICS. Ela também pautou a responsabilidade do CES em levar aos municípios as orientações referentes às práticas integrativas. O Conselheiro George Bueno parabenizou a apresentação e a pesquisa da Doutora. Ele informou que, ao longo de sua formação na área da saúde, não teve nenhum estudo relacionado às práticas integrativas. Tal cenário só mudou após o ICEPi em conjunto com a Fiocruz um curso chamado Saúde de Bem Viver, ele disse que defende a pauta e a parabenizou novamente. A Conselheira Denice Silva saudou os presentes e agradeceu a apresentação, ela disse que era Conselheira em Urgência e Emergência há 18 anos e, em sua experiência, já viu muitas pessoas tendo um mal físico desencadeado a partir de um problema relacionado a saúde mental, muitas vezes decorrente de uma sobrecarga de tarefas e responsabilidades atribuídas às mulheres. O Conselheiro João Carlos parabenizou a Doutora e disse que o Conselho tem ciência da negligência da saúde mental, além de frisar que a Secretaria de Saúde não tem a devida preocupação com o tema. Ele disse que o município de Vitória já está implementando algumas políticas que priorizem a saúde mental. A Conselheira Elci Lobão parabenizou a exposição e relatou que muitos dos professores do Planalto Serranos estão estressados e ficando doentes diante a falta de respeito presenciada em sala de aula, ela frisou que os profissionais da educação precisam de acolhimento e cuidado. A Conselheira fez coro à proposta da criação de uma Comissão de Saúde Mental. A Conselheira Rita de Boni expressou sua admiração pelas PICS enquanto profissional da área da saúde, ela disse que não foi fácil conseguir um profissional focado na saúde mental de sua categoria. A Conselheira pontuou que cabia ao pleno transformar as informações discutidas ali em ação para toda a população civil. Ela criticou o excesso de medicalização, defendeu outras alternativas de tratamento e pautou a importância de incluir ações para evitar o excesso do tratamento medicamentoso. A Conselheira Elci Lobão propôs a criação de um fórum de saúde mental. A Conselheira Lorena Nunes relatou que, enquanto trabalhava na Unidade de Pronto Atendimento, via muitas crises de esquizofrenia e a orientação era ir atrás de psicólogos nos postos de saúde. Porém, trabalhando nos postos, a Conselheira se deparou com muitas mães tendo dificuldade em manter um acompanhamento psicológico contínuo, demonstrando a necessidade de ações realizadas pelo CES para dar suporte. A Conselheira Roziani agradeceu e avançou na pauta. **Ponto 5– Apresentação: Portaria 65-R:** Conforme acordado ainda no início da reunião, o ponto foi retirado da pauta. **Ponto 6 – Apresentação – HEMOES - Deficiências da Assistência ao Paciente:** A Conselheira Roziani disse que estavam recebendo denúncias da falta de assistência de alguns profissionais de alguns serviços fornecidos pelo Hemocentro, principalmente de

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 273ª Reunião Ordinária
19 de março de 2026

psicólogos, hematologistas, dentre outros. Ao buscar algum parecer, a SESA comunicou que, neste momento, não há possibilidade de abrir mais vagas para os profissionais. Ela propôs que fosse feita uma resolução ou uma moção explanando a situação. A Conselheira também denunciou um professor que vinha usando o nome de sua Associação sem a devida autorização e repetiu a proposta relacionada a denúncia anterior. O Conselheiro Alexandre Sattler pontuou que é de bom tom o CES explanar o repúdio aos serviços de saúde prestados de maneira insatisfatória e exigir prazo para suas resoluções. A Conselheira Antônia Genecy fez coro à fala anterior, mas disse que se o nome da Associação não foi divulgada de forma a se associar ao CES, não haveria muito o que o Conselho mediar. O Conselheiro Fábio Gama disse que a falta de serviços e profissionais são respondidas pela gestão com a justifica de cumprimento de meta financeira e o bloqueio da realização de concursos desde 2013 devido a uma judicialização. Ele pautou a busca por uma solução efetiva destes problemas, para além das alegações dadas pelas autoridades. O Conselheiro Silvio Nascimento lembrou que o Secretário de Saúde disse no pleno que a situação do concurso deveria ser resolvida o mais breve possível. Ele disse que o montante financeiro investido nos serviços de saúde não condiz com o trabalho prestado e pediu que o documento tivesse um texto mais firme. O Conselheiro Rogério Griffó disse que estavam diante o desmantelamento de um serviço, ele pautou a necessidade de tratar o assunto com energia e necessidade, mas sem amarrar as duas frentes para evitar perca de *time*. O Presidente propôs estruturar duas recomendações: estruturação imediata de processo de trabalho aqui do Hemoes e recomendação de que a SESA institua o concurso público imediato. O Conselheiro João Carlos pediu que a situação fosse encaminhada também ao Ministério Público. As propostas foram votadas e aprovadas. **Ponto 7 – Criação e Aprovação – Implementação da Comissão de Saúde Bucal:** A palavra foi passada para o Conselheiro Nacional de Saúde e ex Conselheiro Estadual, Anselmo Dantas. O Conselheiro saudou os presentes e explanou que a Comissão Intersetorial de Saúde Bucal tinha como obrigação prevista em lei a articulação com os estados e municípios com o objetivo de garantir o acesso à saúde bucal da população. Ele disse que de 2022 até a presente data, já haviam sido alocados mais de 5 bilhões de reais para financiamento direto das ações de saúde bucal, tanto na parte de estrutura, contudo, está havendo uma política partidária, como se investir em saúde bucal fosse uma questão de qual gestão faz ou não faz. O Conselheiro Anselmo frisou que não há outra via além do diálogo com a população, os usuários do SUS e a gestão. Ele frisou que tais mudanças só virão a partir da resolução dos desafios, que as ações só são efetuadas pela gestão se estiverem previstas no orçamento público e no Plano Anual de Saúde (PAS). Apesar da programação de 2025 prever investimento na saúde bucal, falta uma ancora referente a atuação do estado para o município. Ele pautou a urgência de uma boa saúde bucal para assim estar saudável com todo o corpo e a necessidade de traduzir o desenvolvimento econômico em melhorias da qualidade de vida da população. O Presidente agradeceu a explicação e ressaltou a importância de acompanhamentos voltados para a saúde bucal na prevenção de inúmeras doenças. A criação da comissão foi votada e aprovada. **Ponto 8 – Aprovação – DiGSUS e RAG 2024:** O Conselheiro Alexandre Sattler reiterou que a Mesa Diretora havia recebido um ofício pedindo que o RAG fosse reaberta para incluir um recurso que não esteve presente na prestação de contas. O recurso é oriundo da Portaria 1812 de 2020, que previa a alocação de finanças para regionalização de saúde. Os recursos foram

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 273ª Reunião Ordinária
19 de março de 2026

executados para tal intuito, mas não realizou a prestação de contas, infringindo a legislação. O Conselheiro explicou que seria necessário uma aprovação de uma nova resolução e que a iniciativa de regionalização foi executada a partir do ICEPi. A Conselheira Marília Coser, representante do Ministério da Saúde, disse que a Portaria tinha como objetivo promover processo de construção dos planos de saúde regionais por meio de oficinas locais, contudo, tendo em vista o contexto pandêmico da época que ocasionou o isolamento social, a estratégia precisou ser repensada. Sendo assim, o recurso fora usado para a contratação de três bolsistas para serem apoiadores de regionalização. Após a extensão do prazo das bolsas e prorrogação das ações, o recurso não entrou no RAG 2024. Dessa maneira, torna-se necessário a modificação do relatório e a aprovação do pleno. O Conselheiro João Carlos disse que iria se abster da votação pois se tratava de um caso ocorrido por práticas incorretas, além de que iria encaminhar para o Ministério do Tribunal de Contas, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal. O Presidente corrigiu a informação, pois não é um caso de que não houve aprovação, o Ministério da Saúde apenas questionou o destino do recurso. O Conselheiro Antônio Carlos disse que esse assunto havia ficado para ser discutido na reunião da CIOF, ele frisou que a situação era uma falha. O Conselheiro Rogério Griffo perguntou qual era o parecer da CIOF a respeito, que foi respondido que havia o consenso de propor. Ele falou ao Conselheiro Antônio Carlos que um processo voltar para ser corrigido e ajustado era uma prática comum e dentro da legalidade. O Conselheiro Fábio Gama perguntou se a informação teria sido levada com embasamento e relatórios. O Conselheiro Alexandre reiterou que o recurso pensado para executar um objeto e, apesar das alterações, foi possível a realização do objeto. Tudo estava dentro da legalidade, sendo assim, não era este o momento de questionar se a prática foi bem feita ou não. O Conselheiro expressou sua defesa à aprovação. O Presidente reiterou novamente ao Conselheiro Antônio Carlos que a aprovação seria incluída dentro da legalidade, com os parâmetros adequados. Ele colocou a aprovação em votação, que passou pelo pleno. **Ponto 9 – Aprovação – Reunião Extraordinária sobre o regimento e normas dos Conselhos Gestores:** O Presidente Itamar explicou necessidade da Sessão Extraordinária, o Conselheiro Rogério disse que o documento deveria ser enviado com antecedência para garantir a leitura de todos. O Conselheiro Antônio Carlos disse que a Comissão iria se reunir no dia 27 para definir uma data. **Ponto 10 – Aprovação – Nota de repúdio sobre a OS do novo hospital de São Mateus:** O Conselheiro Alexandre complementou a necessidade de inserir na nota que estava sendo violada a meta presente no PAS, que visava a transferência de gerenciamento de seis hospitais próprios para a Fundação Inova Capixaba. O Conselheiro Antônio Carlos demonstrou sua insatisfação com a terceirização do gerenciamento dos hospitais estaduais. Ele propôs solicitar a documentação da transferência para análise do pleno. O Presidente propôs, além da nota de repúdio, a elaboração e envio de uma nota de alerta à Secretária de Saúde, mas de imediato seria feita uma resolução que recomende o cumprimento das metas do PAS. A emissão das duas notas foram votadas e aprovadas pelo pleno. **Ponto 11 – Relato das Comissões:** Devido ao horário, a reunião foi encerrada antes do relato das Comissões.

Presidente do CES/ES

Itamar Francisco Teixeira